

SABERES ESCOLARES DO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX: O CASO DO IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO.

Brazilian high school curriculum in 19th century: The case of Imperial Collegio de Pedro Segundo

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior¹

RESUMO

O presente artigo analisa a formação secundária oferecida pelo Imperial Collegio de Pedro Segundo (CPII), instituição oficial fundada no Rio de Janeiro em 1837. Em especial, tratamos dos saberes escolares que fizeram parte do cotidiano do CPII desde sua fundação até o final da década de 1880. Percebemos que a perspectiva da educação literária marcou as primeiras décadas de trabalho do CPII, momento em que foi enfatizado o ensino das letras. A partir da década de 1870, pela influência de ideias positivistas e cientificistas, produzidas no próprio ambiente do colégio, o CPII teve sua perspectiva pedagógica alterada. Em conclusão, ressaltamos a capacidade produtiva do CPII, instituição educativa que cooperou com a produção e a afirmação de ideias, valores e atores sociais ao longo do século XIX em terras brasileiras.

Palavras-Chave: Ensino Secundário; Saberes Escolares; Colégio Pedro II.

ABSTRACT

This article examines the secondary education offered by the Imperial Collegio de Pedro Segundo (CPII), public institution founded in Rio de Janeiro in 1837. In particular, we investigated the subjects of the CPII curriculum until the late 1880s. We realize that the prospect of literary education marked the first decades of work of CPII, the time it was emphasized the teaching of the letters. From the 1870s, the influence of Positivism and scientism produced changes in the pedagogical perspective of the institution. In conclusion, we emphasize the productive capacity of the CPII, educational institution that cooperated with the production and affirmation of ideas, values and social actors throughout the nineteenth century in Brazil.

Keywords: High School; Curriculum; Colégio Pedro II.

Introdução

Dois de dezembro de 1837. O futuro Imperador do Brasil, Pedro II, completava doze anos de idade. Nesta data foi fundado o *Imperial Collegio de Pedro Segundo* (CPII), instituição oficial de ensino secundário.

A criação do CPII pode ser compreendida como resultado das ações executadas pelo grupo político denominado *Saquarema* ou *Regressista* junto ao Estado brasileiro a partir do período regencial - 1831 a 1840. Os Saquaremas instituíram um poder forte e centralizado, através do qual, a seu modo, pretenderam construir e desenvolver o Império do Brasil (Mattos, 1999).

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contatos: carlos.fernando@ufjf.edu.br

Centralização, ordem e civilização. Estas palavras definem resumidamente o conteúdo do projeto idealizado para o país concebido pelos dirigentes saquaremas. Eles e Dom Pedro II fizeram da Coroa um partido. Através de ações políticas coordenadas e da construção de um aparato administrativo e burocrático subordinado a um único comando, procuraram exercer o poder de maneira vigorosa e central.

Os Saquaremas visavam assegurar a continuidade da ordem, ou seja, do caráter elitista e desigual da sociedade brasileira, através da manutenção do monopólio da mão-de-obra, da terra, dos negócios, da política e dos homens imperiais. Nesse processo, educação e instrução tornaram-se preocupações importantes em sua agenda. Seus olhos estavam postos sobre todos, tanto sobre o homem comum, quanto sobre o grupo do qual faziam parte, a boa sociedade imperial. Ao promover sua intervenção no Estado, em busca de ditar os rumos da construção da Nação Brasileira, os Saquaremas construía a si próprios e preparavam sua expansão (Mattos, *op. cit.*).

O contexto ajuda a compreender a criação de um estabelecimento como o CPII. Um colégio que ajudaria na retomada da figura simbólica do Imperador, que serviria de padrão para o ensino secundário brasileiro, cujo projeto pedagógico visava oferecer uma formação abrangente e distintiva, própria aos filhos da elite, jovens que, no futuro, após passarem pelas Academias Superiores, estariam aptos a ocupar o mundo do governo imperial, garantindo assim, em teoria, a expansão Saquarema (Cunha Junior, 2008a).

Maria Haidar (1972) sustenta que o CPII não conseguiu desempenhar a função de padrão real do ensino secundário brasileiro, apesar de ter sido considerado como o padrão ideal. A maior parte dos estabelecimentos secundários limitou seus currículos aos conhecimentos exigidos nos *Exames de Preparatórios*, provas que davam acesso as Academias Superiores. O ensino secundário em todo o país, “*com uma ou outra lacuna, reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias*” (*op. cit.*, p.19).

Era uma exceção o CPII, a “*menina dos olhos do Imperador*” (Schwarcz, 1998), como considerava Pedro II a instituição que carregava seu nome. O Colégio, pelo menos até o final dos anos de 1860, ofereceu uma formação abrangente, um conjunto de conhecimentos e atividades superior às matérias exigidas nos preparatórios.

O presente artigo trata do conjunto de conhecimentos desenvolvido no interior do CPII desde sua fundação até o final da década de 1880. Nosso objetivo é analisar as perspectivas educativas que orientaram os planos de estudos do Colégio, de maneira a identificar ênfases e deslocamentos operados ao longo do itinerário histórico traçado pela instituição.

Os planos de estudos do CPII:

A formação oferecida pelo CPII abrangia um período de sete anos. Essa é uma diferença fundamental entre o Colégio da Corte e os estabelecimentos secundários voltados para os exames de preparatórios, pois, no primeiro caso, o estudante cumpria um percurso definido, estruturado pela seriação e pela ordenação dos conhecimentos.

No caso das aulas avulsas e da maioria dos outros colégios, os jovens matriculavam-se de forma isolada nas cadeiras exigidas nos exames preparatórios, na ordem e no tempo que desejassem.

O curso do CPII era considerado demasiadamente longo pela maioria dos jovens, cuja preocupação principal era chegar as Academias Superiores. Outro grupo, reduzido, almejava mais do que ingressar rapidamente no ensino superior, garantido para os que finalizassem seu curso de estudos. O que as famílias procuravam era uma formação secundária mais abrangente, distintiva, um curso que proporcionasse aos seus filhos a aquisição de uma cultura geral; de um conjunto de saberes que os distinguisse de outros grupos sociais e que orientasse seu caminho rumo ao mundo do governo imperial. De acordo com V. Isambert-Jamati (*apud* Petitat, 1994), esses jovens cursavam os *verdadeiros estudos secundários*: aqueles que não eram voltados para a vida utilitária; que conferiam um caráter distintivo próprio a uma minoria social; que demandavam mais tempo; que procuravam desenvolver espíritos refinados em contato com a cultura clássica das *Belas Letras*.

Iniciamos nossa análise sobre os conhecimentos do CPII por um levantamento dos planos de estudos adotados pela instituição ao longo do período imperial. Em primeiro lugar, buscamos esses documentos na legislação imperial, pois eram expedidos por meio de decretos. Procuramos também o Núcleo de Documentação e Memória do CPII [NUDOM], arquivo que reúne os originais dos programas de ensino do Colégio. Também acessamos a obra de Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz (1998), autores que catalogaram e reuniram os programas de ensino datados entre 1850 a 1950.

Confrontamos as fontes, ou seja, a legislação que continha os planos de estudos e a publicação de Vechia e Lorenz (*op. cit.*). Constatamos dessemelhanças, bem como ausência de dados nesta última. Ao material, juntamos as informações conseguidas através dos quadros de horários do CPII², através dos quais conseguimos determinar em alguns anos a carga horária semanal das cadeiras ministradas no Colégio e aferir a presença de atividades que, por vezes, não apareciam no trabalho de Vechia e Lorenz, nem nos decretos legislativos.

Os conhecimentos exigidos nos exames preparatórios que davam acesso as Academias Superiores eram os seguintes: Francês, Latim, Retórica, Geometria, Filosofia, Inglês, História, Aritmética, Geografia, Álgebra e Português³. O levantamento que realizamos nos planos de estudos do CPII, mostrou que, além desses conhecimentos, o Colégio reunia outras cadeiras e atividades, tais como: Grego, Alemão, Italiano, História Natural, Física, Química, Trigonometria, Cosmografia, Zoologia, Desenho, Música, Instrução Religiosa, Dança, Esgrima e Exercícios Ginásticos⁴.

² Estes documentos foram localizados junto aos Relatórios do Ministério do Império, bem como no conjunto dos ofícios e requerimentos enviados pelos Reitores do CPII ao Ministério do Império, guardados no Arquivo Nacional (Série IE4).

³ Tais exigências variaram ao longo do Império. Durante a maior parte do período que estamos analisando, ou seja, até o final da década de 1870, especialmente, não observamos alterações significativas. Já na década de 1880, percebemos mudanças, como no caso das Faculdades de Medicina que, em 1884, exigiam Português, Latim, Francês, Inglês, Alemão, Filosofia, História, Geografia, Aritmética, Álgebra até equações do 2º grau, Geometria, Trigonometria Retilínea e Elementos de Física, Química e História Natural (Gondra, 2000).

⁴ Sobre as práticas corporais desenvolvidas no CPII ver Cunha Junior (2008b).

O conjunto de conhecimentos oferecido pelo CPII era bem mais amplo do que os saberes exigidos pelos exames preparatórios, restritos a maioria dos estabelecimentos brasileiros de ensino secundário. Como salientou Maria Haidar (op. cit.),

Foram raríssimos os colégios particulares que ofereceram, em nível secundário, aulas de física, química e história natural. Tais disciplinas, desnecessárias para a matrícula nos cursos superiores e por tal razão ignorada pela clientela das aulas secundárias, quando ministradas, constituíam, como também acontecia com o Italiano, a Música e a Dança, cursos especiais, pagos à parte, e só desenvolvidos quando o número de interessados prometia compensar o pagamento de um professor (p.203).

O Colégio da Corte estava inspirado na educação humanista e era voltado para a formação integral dos indivíduos, ideal educativo empregado nos principais colégios europeus, cujo objetivo fundamental visava transmitir e consolidar uma cultura geral. Um abrangente conjunto de conhecimentos deveria ser oferecido aos estudantes secundaristas, saberes das chamadas *humanidades clássicas* e das *humanidades modernas*.

A tônica do projeto educativo organizado no CPII recaiu sobre as *letras*, especialmente as clássicas, mas também as modernas: Latim, Grego, Alemão, Inglês, Francês, Italiano, Gramática Nacional, Português, Retórica e Literatura.

O estudo das chamadas *Belas Letras* ou letras clássicas, como o Latim e o Grego, era de suma importância para os jovens que desejavam cursar as Academias Superiores de Direito e Medicina, bem como para os futuros políticos e legisladores. Da mesma forma era importante dominar as línguas modernas, como o Francês e o Inglês, habilidade considerada fundamental para o desenvolvimento das relações comerciais do país com o estrangeiro, para as carreiras diplomáticas e também para ter acesso à produção científica e cultural de países europeus.

O conhecimento e o domínio das letras clássicas e modernas eram símbolos e atributos distintivos da elite brasileira imperial. Durante expressiva parte do Império, nossa *boa sociedade* esteve tomada de uma admiração pela cultura antiga, de uma paixão pela eloquência e da preocupação com o requinte de suas maneiras e costumes. Seja nos tribunais, nos textos de jornais, nas casas legislativas ou nos salões, as citações de pensadores gregos e as máximas latinas eram frequentemente utilizadas nos discursos e conversas. De modo similar, o domínio de línguas modernas, como o Francês, o Inglês e o Alemão, também eram instrumentos de distinção e, muitas vezes, condição necessária para o consumo de bens culturais, especialmente a literatura e o teatro.

Junto às línguas clássicas e modernas, cadeiras como a de História, permitiam que os alunos obtivessem conhecimento a respeito do mundo internacional, em especial dos países mais desenvolvidos ao lado dos quais o Império do Brasil almejava posicionar-se. Não menos importante era conhecer o próprio país, ainda carente de um conjunto comum de valores e características que o distinguisse enquanto Nação. De acordo com Schwarcz (op. cit.), o governo imperial, principalmente entre as décadas de 1840 e 1860, não mediu esforços para forjar os elementos de nossa nacionalidade e difundir uma cultura local brasileira, valendo-se para tanto da fundação de instituições como o

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB]. O CPII esteve comprometido com este projeto, na medida em que participou do processo de sistematização e escolarização dos saberes produzidos sobre a cultura brasileira. Em seus planos de estudo estavam organizadas cadeiras relacionadas ao desenvolvimento do conhecimento do nosso território, fauna e flora (Geografia, Corografia do Brasil e História Natural); da nossa língua (Gramática Nacional, Literatura Brasileira, Retórica e Poética); e da nossa história (História do Brasil).

Esse tipo de formação secundária fornecida pelo CPII, abrangente e com ênfase no estudo das *letras*, era denominado pelos Reitores e Professores da instituição como *educação litteraria*. Seu objetivo era formar o *Homem de Letras*, aquele que deveria possuir um conhecimento generalizado sobre a natureza e a produção humana, em especial sobre as línguas clássicas e modernas. Estamos, portanto, diante de um projeto pedagógico que possuía um fulcro central – as *letras* –, ao redor das quais se encontravam outros conhecimentos, sistematizados nas diversas cadeiras e atividades contidas nos planos de estudos do CPII.

Em 1841, o Reitor do CPII, Joaquim Caetano da Silva, decidiu ouvir as opiniões dos professores a respeito da reforma que havia sido implantada na instituição naquele mesmo ano⁵. Os depoimentos dos professores revelam que todos estavam de acordo com a centralidade das *letras* na formação ministrada pelo CPII.

Emílio Joaquim da Silva Maia, professor de *Sciencias Naturaes*, falou sobre a necessidade do *Homem de Letras* conhecer os elementos da natureza e seus fenômenos cotidianos:

Quem conhece os elementos desta sciencias, não tomara huma baleia por um peixe, nem hum morcego por uma ave, e saberá ao menos a causa de muitos fenomenos que quotidianamente apparecem. E infelizmente quantas vêzes não vemos nós pessôas alias muito instruidas em outras materias comêtem erros desta naturêza, imperdoaveis hoje em hum homem de letras!

Lino Antonio Rebello fez comentários sobre a importância das *Mathematicas Elementares* enquanto cadeira responsável por desenvolver o raciocínio lógico, o sentido da exatidão e outros conhecimentos necessários para a aprendizagem da *sciencia mathematica*, segundo o professor, parte integrante de uma educação literária completa.

O espirito de exactidão que só se obtem no estudo da Mathematica, como para lhes dar os conhecimentos elementares essenciaes desta Sciencia, que entra como parte integrante de huma educação litteraria completa, sendo alem disto indispensaveis para o estudo dos Elementos das Sciencias Naturaes.

Tiburcio Antonio Craveiro enfatizou a centralidade das *letras* no ensino oferecido pelo CPII, ressaltando a importância do Latim, sua cadeira, como a base mais sólida deste tipo de formação:

⁵ Os depoimentos compõem o documento intitulado “*Exposição dos inconvenientes e defeitos encontrados pelos respectivos professores nos diferentes ramos de ensino, acompanhada das observações do Reitor*”, datado de 10/02/1841, localizado no Arquivo Nacional, guardado na pasta registrada sob o código IE4-29.

Entendo que o ensino do Latim no systema actual de educação do Collegio Pedro Segundo não se acha na vazão, que importaria ter. Parece-me que a educação simultanea não deve nunca prejudicar ao fim principal, que se busca, e que consiste nas letras, mas que antes se deve n'ellas carregar mais do que em outro qualquer ramo das sciencias positivas, ou naturaes, porque d'estas bastariam os conhecimentos genericos por terem ellas um curso privativo, que se pode seguir [...] considero o Latim uma das mais solidas bases d'uma educação litteraria, e por isso acho menos perfeita a actual organização do estudo d'esta lingua morta [...] não tomo a simultaneidade de estudo por synonymo de igualdade. D'elle em todas as materias, mas que devem as letras predominar, e n'estas a Latinidade ser um dos seus mais solidos fundamentos.

Em 1841, a cadeira de Latim era aquela que possuía a maior carga horária ao longo do curso - 30 horas - dentre as cadeiras do plano de estudos do CPII e suas lições eram oferecidas a todos os alunos do Colégio, desde o primeiro até o último ano. Ainda assim, Craveiro criticava a organização dos conhecimentos ministrados no Colégio, pois, segundo ele, o Latim *não se achava na vazão que importaria ter*. O professor considerava que bastaria aos alunos um *conhecimento genérico das sciencias*, devendo predominar o ensino das *letras* no CPII.

O professor Barão de Planitz, também ressaltou a importância das *letras* na formação do CPII, enfatizando a importância e a utilidade de conhecer e dominar línguas como o Latim, o Inglês, o Francês e, principalmente, o Alemão, sua disciplina:

Creio que he hum dos mais vigorosos estímulos para a mocidade a intima perfeição e palpavel certeza, que tudo o que se ensina lhes he de immediato proveito. Estudando-se o Latim, não ha menino que não saiba que este idioma eh indispensavel para o Jurisconsulto, o medico e o sacerdote; ensinando-se o inglez, fornece qualquer caza de commercio, qualquer reunião social, a prova que esta lingua eh de absoluta necessidade nas actuaes relações commerciaes do paiz; á respeito do francez, que tem se tornado huma necessidade, e cuja literatura he talvez uma fatalidade para a mocidade Brasileira, evidente he á qualquer menino, que sem fallar mais ou menos mal esta lingua, não pode aspirar a ser considerado como homem bem educado, nem figurar em companhias de bom tom [...] Mas duvido se o mesmo ha de acontecer com o Allemão. He a literatura e unicamente a literatura allemã que compensa, que com generosidade remunera os esforços daquelles que conseguem aprender este idioma.

Os depoimentos dos professores indicam a importância assumida pela educação literária no Colégio da Corte. Naquele momento, não havia uma disputa acirrada entre os conhecimentos e seus agentes no Colégio, mas uma afirmação da centralidade das *letras* e da importância de cada uma das outras cadeiras, acessórias sim, todos concordavam, mas fundamentais ao *Homem de Letras*.

O trabalho e o estudo das *letras* foram organizados pelos agentes do CPII, segundo uma lógica que pode ser percebida através da análise dos programas de ensino. Acompanhemos a orientação para o ensino destas cadeiras contidas no programa elaborado para o ano de 1856 (*apud* Vechia, Lorenz, *op. cit.*):

- Primeiro Ano – “No primeiro anno, o alumno, depois de algumas prelecções de Grammatica geral, aperfeioa-se na Grammatica e Lingua Portugueza, e começa a estudar Latim, francez e arithmetica” (p.28).
- Segundo Ano – “Os alumnos entrão em versão de Latim facil, começam a construir periodos curtos, com o fim especial de applicarem e recordarem as regras grammaticaes. No frances fazem versões e themas e começam a conversar. Principião aprender inglez” (p.29).
- Terceiro Ano – “A versão do Latim faz-se em autores gradualmente mais difficeis. O alumno he obrigado a exercicios grammaticaes e a themas, tambem gradualmente mais difficeis. No inglez elle applica as regras da grammatica; começa a traduzir e a compor themas faceis. Aperfeioa-se no estudo da lingua franceza”. (p.30)
- Quarto Ano – “O alumno continúa na versão de autores latinos mais difficeis e aperfeioa-se no Inglez” (p.33).
- Quinto Ano – “Neste anno continúa o estudo de latinidade, e começa o das linguas allemã e grega” (p.35).
- Sexto Ano – “Continúa o estudo das tres linguas do anno anterior. São mais difficeis os autores escolhidos para as versões. [...] Estudão- se as regras de eloquencia e composição” (p.37).
- Sétimo Ano – “O alumno aperfeioa-se no Grego e no allemão, compõem discursos e narrações em Latim, e traduz alguns autores clássicos, que não puderão entrar no quadro dos annos precedentes. applica as regras de eloquencia, compondo discursos e narrações em portuguez. O professor lhe fará, no decurso do anno, o quadro da litteratura nacional” (p.39).

O estudante percorria um caminho, cujos primeiros estágios eram a aprendizagem da gramática portuguesa e da gramática latina, base para os passos seguintes. A seguir, o aluno principiava a aprender a escrita das diversas línguas, bem como sua tradução e versão para, em seguida, praticar sua fala, especialmente a do Francês. Num último estágio, o aluno era levado a compor textos e discursos em Latim e em Português, exercitando também a eloquência nestes idiomas.

O desenvolvimento da eloquência merecia uma cadeira especial, a de Retórica. Esta *arte* assumiu grande importância no Brasil oitocentista, seja sob a forma de sermão, de discurso parlamentar ou simplesmente de alocuções ocasionais e comemorativas (Souza, 1999). Enquanto cadeira, a Retórica tinha reservado um tempo/espço para ensinar e treinar as regras da eloquência e da composição escrita. De acordo com seus programas de ensino no CPII, notamos que caberia ao professor fazer sentir aos alunos as “*bellezas dos autores classicos, tanto poetas, como prosadores*” (*apud* Vechia, Lorenz, *op. cit.*, p.40), especialmente gregos, latinos e portugueses: Homero, Virgílio, Cícero, Horácio, Camões, Fenelon, Voltaire, Milton, Durão, Tasso, Ariosto e Luciano. Esperava-se que as obras destes autores estimulassem o gosto dos alunos pelas *letras*, bem como servissem de exemplo para os discentes elaborarem seus próprios trabalhos: “*os alumnos*

comporão trabalhos litterarios sobre diversos assumptos, exercitando-se assim em escrever elegantemente e procurando imitar os modelos indicados pelo professor” (id.). Ao final do curso, depois que o professor tivesse explicado as regras mais importantes da Retórica, acompanhando-as sempre dos exemplos dos principais escritores, oradores e poetas, os estudantes deveriam estar aptos a responder as seguintes questões:

- 1) Em que differe a poesia da versificação: quaes são as principais fórmulas dos versos latinos e portuguezes?
- 2) Quaes são os principaes generos da poesia? Seus diversos caracteres?
- 3) Quaes são os generos de prosa? Seus caracteres?
- 4) O que he e para que serve a arte oratoria, ou rhetorica? Quaes são as suas diversas partes?
- 5) Quaes são as regras do discurso? Quaes são as suas partes? Noção e uso dellas.
- 6) Quaes são, entre as regras da arte oratoria, as que se applicão a todas as composições?
- 7) Quaes são as qualidades geraes do estylo, com citações mais especiaes dos classicos de nossa lingua?
- 8) Quaes são as principaes figuras de pensamento e de palavras?” (ibid., p.37).

O ensino de Retórica assumia uma dimensão estética, a do gosto pela literatura, e outra voltada para as funções que os alunos do CPII estavam sendo preparados para desempenhar no futuro. Isso explica a preocupação com o ensino específico dos gêneros da oratória: a eloquência política, a eloquência forense e a eloquência acadêmica, esta última, de acordo com o programa de 1877, “*incluindo a do magisterio*” (ibid., p.76). Como sugeriram Lúcia Maria B. P. das Neves e Humberto Fernandes Machado (1999) a respeito do CPII:

Regulado, ao longo do Império, por diversos regimentos, conservou sempre essa marca, de atender às necessidades dos futuros bacharéis, que se deliciavam, na expressão de Sérgio Buarque de Holanda, com a frase sonora, o verbo espontâneo e abundante, a erudição ostentosa e a expressão rara, transformando a inteligência em ornamento, prenda e instrumento de ascensão social (p.230).

Se a capacidade de compor e orar possuía um tempo/espaço específico para ser desenvolvida, ela também seria exercitada nas comemorações, nas recepções de convidados e nas cerimônias públicas, onde o professor da cadeira e os alunos mais talentosos e desvolto nestas *artes*, desfilariam suas metáforas e ornamentos diante do público presente. Desse modo, a Retórica, mais do que um conjunto de técnicas empregadas na composição, transformava-se, por vezes, no próprio ambiente em que se desenvolvia o processo educativo de tornar-se autor e orador.

A eloquência pode ser entendida de duas maneiras. Primeiro como a capacidade de falar e exprimir-se com facilidade. E também como a arte e o talento de persuadir, convencer, deleitar ou comover por meio da palavra. Tanto num quanto noutro sentido,

seu domínio era compreendido como de fundamental importância para os alunos do CPII, os virtuais ocupantes do mundo do governo, fosse para distinguir-se nas conversas dos salões ou nos discursos públicos; fosse para persuadir, induzir e reforçar a *ordem* imperial Saquarema.

A Instrução Religiosa

A instrução religiosa foi um dos principais agentes da educação moral dos alunos do CPII. De acordo com Louro (1995), o trabalho de catolicização nas escolas visava, de um lado, combater os vícios e os defeitos morais – o egoísmo, a preguiça, a ingratidão, a libertinagem, a masturbação. De outro lado, inspirar as virtudes (a fé, o temor a Deus, a obediência, a compaixão, o respeito, a modéstia, o amor ao trabalho, a disciplina, a lealdade, a franqueza, a honra), e como salientou Bernardo Pereira de Vasconcellos (1950) no discurso de abertura das aulas em 1838, o respeito às leis e às instituições, a firmeza do caráter e a pureza da moral.

A instrução religiosa ocupou todo um capítulo do Regulamento n.8 (Brasil, 1838), colocado na seção que tratava das normas e obrigações dos alunos do CPII.

Art. 86. Nas quintas feiras, e Domingos, terá lugar a instrução Religiosa distribuída pelo seguinte modo.

Art. 87. Além da Missa, homilia e Orações de vespas, que são comuns para todo o Collegio, os Alumnos da Aula 8^a decorarão Historia Sagrada, e pedaços do Novo e Velho Testamento, que lhes serão explicados pelo Capellão.

Art. 88. Os das Aulas 7^a, e 6^a, decorarão o Cathecismo da Diocese com as explicações, que o Capellão julgar necessarias.

Art. 89. Os das Aulas 5^a, 4^a, e 3^a, assistirão á exposição dos Dogmas da Religião, e das provas, em que se apoião.

Art. 90. Para os das Aulas 2^a, e 1^a, haverá conferencias philosophicas sobre a verdade da Religião, sua historia, e os beneficios, que lhe deve a humanidade (p. 74-75).

Uma parte da instrução religiosa – os rituais – seria comum a todos os alunos e também aos *empregados* que residissem no CPII: missa, homilia e “orações de véspera”. Outra seria ministrada de acordo com cada aula/turma, cujos ensinamentos estavam progressivamente organizados. Na primeira turma os alunos deveriam decorar a *História Sagrada* e trechos do *Velho* e do *Novo Testamento*. Na última aula, os estudantes participariam de “conferencias philosophicas sobre a verdade da Religião, sua historia, e os beneficios, que lhe deve a humanidade” (Regulamento n.8, 1838, p.75).

A instrução religiosa possuía vários dos elementos que caracterizam uma disciplina/cadeira escolar (Chervel, 1990): tempos e espaços específicos, sujeitos e corpo de conhecimentos próprios e organizados. Os alunos do CPII deveriam “*estar sempre providos dos livros de Officio Divino adoptados para a Diocese*” (*ibid.*, p.64), o “manual didático” da instrução religiosa onde se encontrava a teoria dos evangelhos, a história do Catolicismo, seus principais personagens, as crenças e os valores católicos a serem estimulados.

O desenvolvimento da fé católica no CPII não se esgotava nos tempos e espaços próprios da cadeira instrução religiosa. Esta se transformava numa prática comum e cotidiana - missas, orações, confissões e comunhão - sobre a qual, outros profissionais do Colégio assumiriam também responsabilidades. Assim, o Regulamento n.8 determinava que o Reitor deveria “*inspeccionar tudo o que respeita á Religião*” (p.62), e que os professores, “*sempre que pudessem*”, lembrariam aos alunos os “*seus deveres para com Deos*” (*ibid.*, p.65).

A instrução religiosa permaneceu no plano de estudos do CPII até o final do Império. No entanto, se até o final da década de 1860 ela não sofreu qualquer abalo, notamos que a partir dos anos 1870, a instrução religiosa foi paulatinamente perdendo força. De um modo geral, a cultura religiosa do CPII, conformada desde os primeiros anos de funcionamento da instituição, passou, a partir do início da década de 1870, a ser questionada por argumentos científicos e racionais, frutos do pensamento positivista que conquistava adeptos no interior da instituição e no país.

Escragnonle Dória (1997) fez menção a um acontecimento ocorrido no ano de 1873 que nos dá a dimensão do enfrentamento à cultura religiosa no âmbito do CPII. Era o dia da Cerimônia de Colação do Grau de Bacharel em Letras e um aluno recusou-se a prestar um trecho do juramento devido - *juro manter a Religião do Estado* -, alegando publicamente não acreditar em qualquer religião e que o Estado deveria ser laico. O aluno era Raymundo Teixeira Mendes, indivíduo que posteriormente seria conhecido como um dos principais intelectuais brasileiros filiados à filosofia positivista.

Ofícios dos Reitores do CPII enviados ao Ministério do Império também revelam a perda do vigor do ensino religioso no Colégio durante a década de 1870. Em 1877, o Reitor César Augusto Marques fazia referência ao “*completo esquecimento da Instrução Religiosa*”⁶, pois todos os ritos prescritos no Regulamento n.8 não eram mais praticados na instituição, conforme depoimento do Reitor.

Um marco nesse movimento de perda do vigor da instrução religiosa no CPII foi o Decreto 6884 de 20/04/1878. O Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, ao reformar o ensino do CPII, suprimiu a obrigatoriedade do ensino religioso.

Em 1890, o Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Britto, Reitor do Externato do CPII, dirigiu ofício ao governo republicano onde lamentava a situação do ensino religioso na instituição. Benjamin Constant, Ministro da Instrução que, em 1892, determinaria o fim do ensino religioso no Colégio, escreveu no próprio documento sua resposta ao Reitor: “*não é possível permittir que os principios de qualquer fé ou moral religiosa sejam ensinados nos estabelecimentos publicos de instrução leiga*”⁷.

O Império do “*Deos Guarde Vossa Excelência*” dava lugar a República do “*Saúde e Fraternidade*”⁸. A cultura religiosa do CPII, própria da aliança entre Trono e Altar, cedia espaço a uma cultura mais racional e científica, peculiar do positivismo e da República.

⁶ Ofício do Reitor do Internato enviado ao Ministro do Império. Arquivo Nacional, IE4-44.

⁷ Ofício enviado pelo Reitor do Externato do CPII ao Ministro José Faria Alvim em 19/04/1890. Arquivo Nacional, IE4-52.

⁸ Nos ofícios dirigidos ao Ministério do Império, os Reitores do CPII sempre redigiam um subscrito para manifestar sua estima ao referido Ministro. Até novembro de 1889, a saudação redigida era “*Deos Guarde Vossa Excelência*”. A partir de então, passou a ser “*Saúde e Fraternidade*”.

Das Bellas Letras as Ciências: Deslocamentos na formação secundária oferecida pelo CPII

O tipo de formação secundária organizado no CPII sofreu críticas e alterações ao longo do período imperial. Assim, se o modelo centralizado nas *letras* vigorou soberano até o final da década de 1860, observamos no Colégio, a partir de 70, deslocamentos em favor de uma formação secundária propedêutica e cientificista.

Um primeiro movimento nessa direção pode ser notado ainda em 1855, quando o Decreto 1556 trouxe um novo regulamento para o CPII. Seu curso de estudos foi dividido em dois: os chamados *estudos de 1ª classe* e os *estudos de 2ª classe*. Os estudos de 1ª classe compreendiam um curso de quatro anos, ao final dos quais os estudantes recebiam um certificado⁹. Os estudos de 2ª classe compreendiam o curso original do Colégio, ou seja, aquele organizado em sete anos, ao final dos quais os alunos receberiam o título de *Bacharel em Letras*.

O curso de 1ª classe era composto das seguintes cadeiras: Gramática Nacional; Latim; Francês; Inglês; Explicação dos Evangelhos e Noções de Moral; Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; Geografia e História Moderna; Corografia e História do Brasil; Ciências Naturais; Desenho; Música; Dança; e Exercícios Ginásticos.

Essa reforma de 1855 deslocou os conhecimentos de natureza científica para os primeiros anos do curso de estudos do CPII, deixando os três últimos anos reservados ao conhecimento das *letras*. Reflexo das mudanças e preocupações que haviam levado Alemanha e França a modificarem o ensino secundário diante das necessidades decorrentes do desenvolvimento industrial e comercial destes países. As chamadas *realschulen alemãs*, criadas na década de 1830, alteraram a perspectiva da formação secundária ministrada naquele país, antes centrada nas *letras*, em prol de um ensino mais científico, “*destinado àquela classe numerosa de cidadãos que não encontrava no estudo quase que exclusivo das línguas e literaturas antigas o preparo básico para as diversas carreiras profissionais*” (Haidar, op. cit., p.114). O mesmo ocorreu na França, cujo ensino secundário, também com teor literário, abriu espaço para as ciências com o objetivo de melhor preparar os jovens que buscavam as carreiras técnicas.

No Brasil, onde a indústria dava seus passos iniciais, as mudanças no ensino secundário ocorreram, mas não fizeram do CPII um curso exclusivamente técnico. O curso do CPII tornou-se flexível: admitia na 1ª classe os interessados numa formação mais rápida e científica, bem como mantinha o curso de 2ª classe centrado nas *letras*. Tal divisão foi ainda mantida em 1857, quando um novo Regulamento foi baixado para o CPII. No entanto, de 1855 a 1861, nenhum jovem efetuou sua matrícula no CPII como aluno do curso de 1ª classe. Assim, em 1862, o referido curso foi extinto, voltando o Colégio a sua organização original.

A reforma de 1862 resgatou a centralidade dos estudos das *letras* no CPII, perspectiva que vigorou soberana até o final da década de 1860. Neste período, ainda como reflexo das

⁹ Tal certificado era somente um registro do curso que o aluno havia feito, pois não conferia nenhum título nem habilitação.

discussões e medidas tomadas por países europeus na área da instrução secundária houve, no Brasil, um acirramento do debate entre os defensores das *letras* e os propositores da vertente científica para nossa formação secundária. Segundo Haidar (op. cit.):

A questão do ensino científico assumiu especial importância na área dos estudos secundários aos quais se procurava confiar a missão mais ampla de formar integralmente o cidadão, habilitando-o, não apenas para o ingresso nos estudos superiores, mas para enfrentar, graças a um melhor preparo básico, as necessidades complexas e variadas da vida social (p.120).

Dentre os críticos da formação secundária centrada nas *letras*, encontramos o deputado liberal Tavares Bastos. Num caderno de anotações¹⁰ datado de 1867, Bastos afirma que o ensino ministrado no CPII, baseado no Latim e no Grego, era uma “*perda de tempo precioso para os alumnos*” (p.4). Para ele e outros sujeitos, a formação oferecida pelo Colégio da Corte tinha que ser alterada, pois em benefício das *letras*, ela sacrificava outras matérias e desprezava os conhecimentos úteis necessários à *evolução do país*. Tais matérias e conhecimentos eram justamente aqueles relacionados às ciências.

Na Europa, como meio de resolver o debate em torno do secundário, promoveu-se a diversificação deste ramo de ensino. Foram criados estabelecimentos que enfatizavam os conhecimentos científicos com vistas às carreiras profissionais e foram mantidos os colégios fiéis aos estudos clássicos, próprios a uma elite.

No Brasil, o modelo diversificado adotado nos países europeus adquiriu consenso entre os defensores das *letras* e os proponentes do cientificismo. No entanto, não foram criados estabelecimentos secundários com caráter profissional pelo governo imperial, permanecendo o debate entre as *letras* e as ciências no interior do ensino secundário existente, especialmente no CPII.

Esse movimento em prol das ciências que mexeu pela primeira vez com a perspectiva educacional literária adotada pelo CPII, em 1855, pode ser interpretado também como resultado da influência de um *bando de ideias novas*, como disse Sérgio Buarque de Holanda (1987), que vinha nesta década seduzindo parte de nossa elite. O positivismo, em especial, tornou-se um instrumental teórico orientador da luta contra a escravidão, a monarquia, o conservadorismo, o anacronismo das instituições e das ideias imperiais (Neves, Machado, op. cit.). O Império do Brasil era considerado atrasado e anacrônico, assim como os métodos de ensino, o plano de estudos e a organização pedagógica do CPII.

É interessante perceber que alguns dos principais adeptos do positivismo em terras brasileiras tiveram relações diretas com o CPII, seja como alunos ou professores. Já citamos anteriormente, Raymundo Teixeira Mendes, aluno que, em 1873, recusou-se, por não ser católico, a prestar o juramento que lhe daria o título de *Bacharel em Letras*. Raymundo Mendes, junto com Miguel Lemos e Benjamim Constant Botelho de Magalhães¹¹, este

¹⁰ Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos. Ver: “Instrução Publica, Volume II. Anotações e artigos de jornal referentes a educação”. S.l., 1867, 99 f. Coleção: Tavares Bastos. Localização: 13,1,15.

¹¹ Benjamim Constant foi professor de matemática do Externato e do Internato do CPII durante a década de 1860. Posteriormente, ele lecionou na Escola Militar do Rio de Janeiro e na Escola Superior de Guerra.

último professor de Matemática do CPII, fundaram, em 1876, a primeira instituição positivista no Brasil, a *Sociedade Positivista Brasileira* (Neves, Machado, *op. cit.*).

Outro adepto do positivismo que teceu suas críticas ao Império e ao CPII, de dentro do Colégio da Corte, foi Sylvio Romero. Professor de Filosofia do Internato, o intelectual sergipano conquistou seu lugar na instituição mediante concurso, em 1880. A difusão das ideias de Romero no interior do CPII foi contundente. Em 1883, o também professor da instituição, Pimenta de Laet, solicitou que, em nome dos mesmos princípios que isentaram acatólicos do estudo da religião quando da reforma de 1878, fosse do mesmo modo facultativo aos católicos o estudo da filosofia ministrada por Sylvio Romero:

Louvavel seria a precisa determinação, nos programas de ensino, da natureza das doutrinas que nesta cadeiras se professem e bem assim da escola philosophica a que se filiem os professores respectivos. Os pais que á instituição official de ensino secundario confiam a educação de seus filhos, têm direito a essa franqueza. E, dado que aos professores de philosophia seja concedida amplissima liberdade na enunciação de suas ideias, de estrita equidade fôra que, quando ensinassem teorias dissonantes do catolicismo, deixasse esta cadeira de ser obrigatoria para os alunos catolicos, da mesma sorte que aos acatolicos não se coage cursar a cadeira de instrucção religiosa¹².

Destacamos dois documentos, a partir dos quais poderemos observar e analisar as críticas de Sylvio Romero à formação oferecida pelo CPII, bem como sua ação concreta no sentido de modificá-la. O primeiro é o relatório elaborado pelo dito professor em 1884¹³. O lente de Filosofia do Internato fez comentários a respeito do ensino ministrado no Colégio da Corte, acrescentando, ao seu ver, como deveria estar organizado o curso de estudos da instituição:

O plano geral dos estudos no Collegio de Pedro II é imperfeito. Como Curso ou Faculdades de Letras, é lacunoso; como Gymnasio ou Collegio de Preparatorios encerra materias demais. A distribuição das disciplinas não é perfeita, o methodo de ensino não é dos mais adequados. Em um paiz, como o nosso, em que um curso meramente de letras não traz vantagens immediatas nem talvez remotas, o Collegio de Pedro II deveria reduzir-se ás simples condições de um curso secundario, um curso preparatorio, mas um curso modelo. Para isto deveria juntar, adequada e seguramente, á velha educação classica os intuitos positivos do nosso tempo. As disciplinas preparatorias deveriam ser as seis linguas e as oito sciencias seguintes: Grego, Latim, allemão, inglez, francez, e lingua nacional; logica; arithmetica, algebra, geometria, physica, chimica, geographia e historia. O estudo das linguas, iniciado nos primeiros annos, deveria ser levado até o ultimo do curso. O ensino das linguas antigas deveria ser acompanhado, nas classes adiantadas, do estudo das respectivas litteraturas mais ou menos desenvolvido. Na aprendizagem das linguas prevaleceria

¹² Representação do professor Pimenta de Laet anexada ao ofício do Reitor do CPII José Joaquim do Carmo enviado ao Ministro do Império José Bento da Cunha em 24/04/1883. Arquivo Nacional, código IE4-48.

¹³ “Relatorio dos acontecimentos notaveis do ano lectivo de 1884 e das condições de ensino nas materias do curso de estudos do Imperial Collegio de Pedro II organizado na conformidade do art. 2º n. 9 do Decreto n. 8227 de 24 de agosto de 1881, pelo professor Sylvio Romero e apresentado á congregação do mesmo collegio”. Documento anexo ao Relatório do Ministério do Império de 1884.

o methodo pratico a ponto de chegarem os alumnos a fallal-as e escrevel-as mais ou menos regularmente. No correr de seis ou sette annos haveria tempo de dar a ler aos alumnos algumas das obra primas das litteratura dessas linguas, provando-se assim a facil dispensabilidade de uma cadeira especial para a litteratura universal e outra para rethorica, poetica e litteratura nacional. O estudos das duas linguas e litteraturas antigas ficaria representando a cultura classica, ainda e sempre considerada de valor inestimavel na vida espiritual da humanidade. A logica, sciencia das formulas e leis abstractas do raciocinio, especie de philosophia primeira, abriria a serie dos preparatorios scientificos, segundo a escola ingleza, seguindo-se-lhe ao mesmo tempo a arithmetica e logo depois a algebra e a geometria. Estas mathematicas elementares e a physica e a chimica – forneceriam o complexo de noções positivas indispensaveis ao homem nas lutas da civilisação contemporanea. O estudo das sciencias deveria ser de carater pratico, especialmente nos calculos arithmeticos e algebricos e nas experiencias de physica e chimica, sem cair no empirismo grosseiro, sem banir o espirito especulativo e theorico. O estudo da geographia proporcionaria ao alumno noções sobre a geologia, a fauna e a flora das grandes divisões do globo, tornando assim dispensaveis cadeiras especiaes destas materias, mais proprias dos cursos superiores. O ensino da historia deveria reduzir-se aos acontecimentos capitaes das grandes nações cultas antigas e modernas, e, no tocante ao Brazil, ser o mais nutrido de factos e da critica aprofundada destes factos, critica tendente a mostrar o papel dos diversos factores e tornar consciente a responsabilidade de todos na evolução da patria, meio este de combater o cosmopolitismo vago e esterilicante que nos tem invadido, o qual sem dar-nos o grande amor da humanidade, ensina-nos o desprezo, o pessimismo doentio por nosso proprio paiz (p.6-7).

Sylvio Romero criticava a falta de identidade do CPII, pois o Colégio não funcionava como uma Faculdade de Letras e seu plano de estudos era carente de conhecimentos necessários ao cumprimento desta finalidade. E também não atuava como um estabelecimento preparatório, pois, nesta direção, seu curso de estudos apresentava conhecimentos em demasia. Na visão de Romero e de outros agentes escolares¹⁴, a formação secundária baseada nas *letras* não trazia mais vantagens aos indivíduos e ao país. O CPII deveria assumir o papel de um curso preparatório para as carreiras superiores, que preservasse os conhecimentos das *letras*, mas enfatizasse os saberes positivos e científicos, próprios do *novo tempo*, da *nova sociedade* anunciada.

O movimento em prol da cientificidade estava em andamento no CPII desde o início da década de 1870 e, especialmente, a partir de 1876, notamos um maior espaço conquistado pelas cadeiras científicas no interior do Colégio. Tomemos como exemplo cadeiras representativas das duas vertentes educativas em questão, o Latim, pelo lado das *letras*, e a Matemática, pelo lado das ciências. Em 1862, aos saberes matemáticos eram dedicadas 4 horas por semana, enquanto que para o Latim eram previstas 13 horas. Em 1876, a Matemática se afirma no CPII: ela tem sua carga horária aumentada para 13 horas

¹⁴ Observamos manifestações de dirigentes do CPII que defendiam alterações no Colégio com vistas a reduzir seus estudos e de transformá-lo num curso de preparatórios. Em 1880, José Joaquim do Carmo, Reitor do CPII, argumentava que a instituição não deveria mais ficar restrita à formação da elite nacional, mas sim, voltar-se para “*outras esferas de actividade social em que se possa desenvolver o homem e o cidadão, e não um estabelecimento de instrução superior, uma faculdade, destinada exclusivamente ás intelligencias privilegiadas da aristocracia intellectual*” (Arquivo Nacional, código IE4-45).

semanais, enquanto que o Latim passa para 18 horas. Os números mantêm-se os mesmos em 1877, mas em 1878, a partir da reforma liberal implantada pelo Ministro Carlos Leôncio de Carvalho, os conhecimentos matemáticos superam o Latim: este permanece com 18 horas semanais, enquanto que a carga horária da matemática sobe para 19 horas por semana. Se antes, como vimos no caso das opiniões dos professores emitidas no ano de 1841, havia concordância entre os diversos profissionais do CPII com relação à centralidade do ensino das *letras*, a partir da década de 1870, principalmente, notamos a existência de uma disputa acirrada entre estes saberes e os conhecimentos científicos.

O relatório elaborado por Sylvio Romero trazia outras duas críticas ao CPII, subjacentes às proposições apresentadas pelo autor. Em primeiro lugar, Romero fala da necessidade de incentivar a prática enquanto recurso metodológico no trabalho com as *letras* e com as ciências, uma crítica aos professores do Colégio que orientavam sua ação pedagógica a partir de métodos que privilegiavam a repetição e a memória. E, ao final do relatório, Sylvio Romero censura a perspectiva tradicional que regulava o trabalho da cadeira de História, ressaltando a importância de se tratar criticamente os assuntos pertinentes ao Brasil, segundo ele, um meio de despertar a consciência de todos sobre suas responsabilidades para com a *evolução da pátria*. Com este último comentário, Romero torna evidente a colaboração a ser dada pelas instituições educativas naquele momento com relação à nossa sociedade: superar o modelo imperial brasileiro.

Sylvio Romero, desde sua entrada no CPII, em 1880, fez críticas generalizadas à formação secundária ministrada pelo Colégio da Corte, como também censuras particulares à maneira pela qual estava organizada sua cadeira específica, a de Filosofia. Naquele ano, ele submeteu ao Conselho Colegial da instituição, um novo programa de ensino de sua cadeira, o qual não foi aprovado pelo referido órgão. Num texto publicado em 1898¹⁵, Romero discorre sobre como conseguiu aprovar outro plano de Filosofia, em 1883. O documento revela outras críticas feitas ao plano de estudos do CPII, bem como as estratégias utilizadas por Sylvio Romero para ter sua proposta aprovada. O professor considerava o curso de estudos do Colégio e o programa de filosofia em uso, extensos e anacrônicos, em desacordo com os objetivos que, segundo ele, deveriam orientar o ensino secundário brasileiro. “*Que vem a ser a instrução secundária?*”, questionava Romero, ele mesmo respondendo a questão: “*Não mais do que uma preparação regular e metódica para o ensino das matérias difíceis que demandam uma certa cultura preliminar*” (Romero, *In: Vita, op. cit.*, p.679). Sua proposta era reduzir os programas de ensino e incentivar os conhecimentos científicos ministrados no CPII, transformando-o em um curso preparatório modelo. Romero toma o exemplo da Filosofia para demonstrar o “exagero” dos programas de ensino do Colégio da Corte e os problemas decorrentes dessa extensão. Na prática nem os professores conseguiam aplicar todos os conteúdos prescritos pelos regulamentos, nem o aluno tinha tempo para habilitar-se convenientemente nos conhecimentos ministrados:

¹⁵ O texto intitula-se “A Filosofia e o Ensino Secundário”, publicado no livro do autor, “Novos Estudos de Literatura Contemporânea”. Trabalhamos com a reprodução deste texto, encontrada na obra coordenada por Luís Washington Vita (1969).

São conhecimentos fragmentados, desfigurados, falsificados; e em grande parte são absolutamente um mal [...] A falsa Filosofia ministrada a retalhos é, repetimos, uma das grandes fontes de nossa literatura, do apoucamento de nosso jornalismo e de nossa incapacidade científica (ibid., p.681).

Na concepção de Sylvio Romero, o ensino de Filosofia no nível secundário deveria estar restrito ao conteúdo da “Lógica”. Os demais assuntos teriam lugar no ensino superior. Com isto não concordou o Conselho Colegial do CPII, em 1880, reprovando a proposta do professor. No entanto, desta vez, em 1883, ele utilizaria determinadas estratégias para ter sua proposta sancionada pela Congregação do Colégio¹⁶. Um dos pontos observados pelo Conselho Colegial com relação ao plano anterior proposto por Romero era que ele havia retirado da Filosofia o ensino da Psicologia. O professor considerava o assunto desnecessário, mas, “*para retirar, por este lado, todo e qualquer pretexto à oposição diminuta, que a proposta encontrou na Congregação*” (ibid., p.683), ele, desta feita, inseria um ponto introdutório sobre o tema. Do mesmo modo, o Conselho Colegial havia criticado Romero por ter suprimido os pontos sobre *Moral e História da Filosofia*. O professor incluiu estas questões no novo programa, segundo ele, uma “*transigência a que somos obrigados para desarmar o espírito de oposição*” (ibid., p.684). Sylvio Romero conseguiu aprovar seu programa de ensino e incorporou as observações anotadas, cedendo ao Conselho Colegial, mas conseguiu implementar uma nova proposta para o ensino de Filosofia no CPII¹⁷. Uma Filosofia que deixou de enfatizar a Metafísica, a Teodicéia, a Ontologia e a Moral, ficando restrita, na prática, a Lógica, cujo objetivo seria oferecer aos estudantes secundaristas “*o conhecimento prático das leis e regras do raciocínio, a posse dos métodos, e da sua aplicação aos diferentes ramos de ciências*” (ibid., p.680), o “*terreno neutro em que ele não se perde em divagações metafísicas*” (id.).

Trouxemos Sylvio Romero à discussão para demonstrar a ação que sujeitos desempenharam no interior do CPII com o intuito de alterar o curso oferecido pela instituição. Portanto, se iniciativas tomadas por “esferas superiores”, como a reforma implementada em 1878 pelo Ministro Leôncio de Carvalho, favoreceram o avanço dos conhecimentos científicos no Colégio, não menos importantes foram as contribuições cotidianas de indivíduos como o citado professor de Filosofia do Internato.

Ao longo da década de 1880, continuamos a perceber o avanço dos conhecimentos científicos no CPII. Em 1888, enquanto o Latim tem sua carga horária semanal fixada em 13 horas, a Matemática possuía 15 horas distribuídas por todos os anos do curso.

Esse movimento de abertura às ciências foi percebido através da elevação da carga horária relativa a estes saberes nos planos de estudos do CPII, contudo, este movimento não ficou restrito a esse fator. Os próprios conhecimentos *litterarios* passaram a receber um tratamento diferenciado no interior do CPII, mais científico, mais positivo. Roberto

¹⁶ O Decreto 8227 de 24/08/1881 transformou o Conselho Colegial do CPII em Congregação. Este organismo era composto por professores e reitores, sendo presidido pelo *Inspector de Instrução Pública*.

¹⁷ No cotidiano de suas aulas, supomos que Romero tenha dado a “sua Filosofia”, uma vez que no próprio documento ele salientou que as inclusões feitas na sua proposta original deveriam “*ser tratadas com critério, e excluídas, se a boa prática do ensino o exigir*” (ibid., 685).

de Souza (op. cit.), analisando os programas de ensino dos conhecimentos das *letras*, identificou uma renovação destes estudos na instituição, mediante a difusão do positivismo lingüístico sistematizado pelo método histórico comparativo. Pela primeira vez o CPII, em 1881, apresentou um programa analítico de Português com a nítida preocupação de uma orientação cientificista. O programa recomendava o ensino da “*lingua vernacula sem se deter em discussões metaphysicas e polemicas, dando assim á grammatica o cunho de uma sciencia e não mais de uma arte*” (Souza, p.183). Essas alterações na perspectiva da formação original oferecida pelo Colégio da Corte podem ser consideradas como um movimento, um deslocamento, sem grandes rupturas, que continuaria sua trajetória até as primeiras décadas da República.

Durante a década de 1880, principalmente pelas medidas legais que vinham sendo tomadas com relação à organização do CPII desde o decênio anterior, a instituição quase se transformou num curso de preparatórios. Em 1870, os “exames gerais” deram lugar às avaliações finais por cadeira. Isso permitia ao aluno aprovado na matéria, utilizar esta habilitação como isenção nos exames preparatórios, o que desestimulava a maioria dos jovens a finalizar o curso no Colégio. No ano de 1876, a reforma estabelecida pelo Decreto 6130 de 1/03 suprimiu as avaliações finais por cadeira, mas deslocou todos os conhecimentos exigidos nos exames de preparatórios para os primeiros anos do curso de estudos do Colégio, o que estimulava a saída dos alunos após frequentarem os três ou quatro anos iniciais.

De todas essas reformas, a que mais afetou a organização do CPII foi conduzida pelo Ministro Leôncio de Carvalho. O Decreto 6884 de 20/04/1878 trouxe de volta as avaliações por cadeira, instituiu os *Exames Vagos* e a matrícula avulsa na instituição. A formação secundária oferecida pelo CPII que se distinguia, dentre outros fatores, por um percurso de sete anos, viu-se descaracterizada. Com a reforma de 1878, os jovens poderiam matricular-se em qualquer uma das matérias do curso do Colégio, de qualquer ano, contrariando o princípio da organização e da progressão dos conhecimentos. Além disso, os Exames Vagos facultavam aos indivíduos que sequer tinham frequentado o CPII, o direito de prestar exame em uma, duas ou em todas as matérias do seu curso de estudos, cuja aprovação também prestaria aos exames preparatórios. Retomava-se o sistema das aulas avulsas no interior do Colégio da Corte. Do ponto de vista simbólico, tal medida significava a decadência do prestígio da formação conferida pelo CPII, pois, caso um jovem fosse aprovado em todas as matérias do curso, mesmo sem frequentá-lo, ele estaria apto a receber o grau de *Bacharel em Letras*, título que representava o caráter distintivo que se buscou imprimir anteriormente aos formados pelo Colégio da Corte.

Essas medidas, aliadas à perda do valor da *educação litteraria*, reduziram o número de matrículas no CPII e tornaram ainda menor a cifra de alunos formados pela instituição. O Colégio da Corte, apesar de continuar oferecendo uma formação abrangente, não conseguia mais atrair os jovens para seu curso de sete anos.

A República trouxe consigo um CPII alterado em seu nome e em sua organização pedagógica. Já em 1889, o Colégio passou a ser chamado de *Instituto Nacional de Instrução Secundária*. Em 1890, o então Ministro da Instrução, Benjamin Constant alterou

novamente o nome da instituição, desta vez para *Gymnasio Nacional*, estabelecimento que ofereceria aos alunos formados o título de Bacharel em Ciências e Letras.

Defendemos a tese de que o CPII, assim como foi resultado de um projeto conservador elaborado pelos Saquaremas, colaborou, especialmente a partir da década de 1870, para o reordenamento da elite brasileira. Sujeitos como Sylvio Romero e Benjamin Constant, por exemplo, podem ter influenciado alunos do CPII a aderirem às concepções positivistas e às suas aspirações com relação à sociedade brasileira. No entanto, as mudanças ocorridas no interior do Colégio da Corte não teriam a capacidade de, isoladamente, (re)formar concepções e grupos sociais. Já se associássemos a atuação do CPII ao trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino superior poderíamos notar de maneira mais efetiva a participação da escola brasileira na renovação da elite nacional das últimas décadas do século XIX.

A queda do Império do Brasil não foi acompanhada da derrota da elite brasileira, ou pelo menos de boa parte dela. Talvez seus costumes, modas, preparação, habilidades, discursos, formas e estratégias de dominação estivessem vencidos pelo tempo, carecendo de outros paradigmas, mais modernos e eficazes. As mudanças ocorridas no interior do CPII podem ser interpretadas como estratégias de renovação da elite brasileira do final do século XIX. Ações que também envolveram as Academias Superiores¹⁸ e que revelam a faceta produtiva da escola, instituição que colaborou para a emergência de novas ideias e de novos grupos sociais.

Conclusões

Maria Haidar (op. cit.), autora de uma das principais pesquisas elaboradas sobre o ensino secundário brasileiro durante o Império, chegou à conclusão de que este ramo da instrução, em geral, exerceu uma função propedêutica, limitando-se a preparar candidatos para os cursos superiores. O acesso a esses cursos era regulado pelos exames de preparatórios, cujo conhecimento exigido foi adotado pelos colégios secundários em seus planos de estudos. No entanto, com relação ao CPII, verificamos que essa ideia não se aplica de maneira satisfatória, pois os conhecimentos contemplados nos planos de estudos do Colégio compuseram um conjunto bem mais abrangente do que aquele exigido nos exames de preparatórios. A nosso ver, isso pode ser explicado pelas intenções que nortearam a fundação do CPII. Em primeiro lugar, a instituição serviria de modelo aos demais estabelecimentos secundários brasileiros, um padrão ideal para este ramo de ensino. Em segundo lugar, o Colégio da Corte seria parte de um projeto de formação e recrutamento da elite nacional, local em que os virtuais dirigentes imperiais deveriam aprender mais do que os conhecimentos exigido nos preparatórios, mas um amplo conjunto de saberes, vivências e atividades.

A perspectiva pedagógica que marcou os anos iniciais de trabalho do CPII valorizou a educação literária. Os planos de estudos do Colégio revelam a centralidade das letras e línguas na formação fornecida aos jovens da Corte. Estes documentos e outras fontes

¹⁸ Ver o estudo de Luiz Antônio Cunha (1985) sobre a história das instituições de ensino superior no Brasil.

pesquisadas, como os mapas de horários das matérias, confirmam a presença de outros conhecimentos no CPII que nos ajudam a referendar a tese de um amplo conjunto de saberes presente no Colégio: a ginástica, a dança, a esgrima, a instrução religiosa, a música, o desenho, o grego.

Percebemos que a perspectiva da educação literária perdeu força ao longo do tempo no CPII. Especialmente a partir da década de 1870, a ação das ideias positivistas e cientificistas trouxeram para o Colégio outros ares que influenciaram diretamente em profundos deslocamentos na trajetória inicial da instituição.

Nosso estudo revela, portanto, que o CPII não descreveu uma trajetória linear ao longo do Século XIX. Esta instituição escolar de ensino secundário realizou um deslocamento que acompanhou o movimento da sociedade brasileira nesse período. Se entre 1837 e o final dos anos 1860, o Colégio da Corte colaborou com a formação e a expansão do grupo e da *ordem* Saquarema, a partir da década de 1870, ele contribuiu para a emergência de outros grupos, para a renovação da elite nacional e do próprio Estado brasileiro. Neste sentido, ressaltamos a capacidade produtiva do CPII, instituição educativa que cooperou com a produção e a afirmação de ideias, valores e atores sociais ao longo do século XIX em terras brasileiras.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil. *Regulamento n.8 de 31/01/1838*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1838.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.2, 1990, p.177-229.
- CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. F. da. *O Imperial Collegio de Pedro Segundo e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008a.
- CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando. F. da. O processo de escolarização da Educação Física no Brasil: Reflexões a partir do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). *Revista HISTEDBR On-line*, v. 30, p. 59-83, 2008b.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã – o ensino superior da Colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- DÓRIA, Escragnolle. *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. 2ª edição. Brasília: INEP, 1997.
- GONDRA, José Gonçalves. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.
- HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* *O Brasil Monárquico: Reações e Transações*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. *In: VEIGA NETO, Alfredo (Org.) Crítica Pós-Estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995, p.83-107.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Access, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PETTITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (Orgs.). *Programa de Ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. Discurso de inauguração das aulas do Colégio Pedro II. *Studia*, ano 1, n.1, dezembro, Rio de Janeiro, 1950, p.177-179.

VITA, Luís Washington. *Obra Filosófica: Sylvio Romero*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

*Recebido em maio de 2011
Aprovado em agosto de 2011*